

**Ata N.º 3/2021 (novo mandato)**

Pelas 15 horas do dia 28 de dezembro de 2021, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Gavião. Considerando a situação epidemiológica motivada pelo vírus SARS-COV-2, a sessão foi realizada por videoconferência, através da plataforma Zoom, tendo previamente sido disponibilizado o link a todos os deputados municipais. O referido link foi também divulgado em todas as redes sociais, possibilitando a participação dos cidadãos que o desejassem fazer. A sessão contou com as seguintes presenças: Paulo Manuel Alfaiate Pires, Isabel Maria Dias Martins, Mónica Mota Marques, António José Teixeira Gueifão Estevinha, Paulo José Estrela Vitoriano de Matos, Alberto Paisana Faria, António José Teixeira Gueifão Estevinha, Fábio Miguel Florindo Gomes, José Manuel Praia Neves, Daniel Manuel de Oliveira Tomás, Isabel Maria Casa Branca Martins, Ana Luísa Flores Jeremias, Sílvia Tibúrcio da Palma, Ana Luisa Marques Carias, Fernando Manuel Meneses Faca, Abílio Flores Mendes, Jorge Manuel Rodrigues Peixeiro e Germano Manuel Baptista Porfírio. -----

Registou-se a ausência do deputado Paulo Jorge Serra dos Santos, por motivos de saúde, tendo a respetiva falta sido considerada justificada. -----

Também não participou na reunião a senhora presidente da Junta de Freguesia de Belver, Martina Marcelino de Jesus, tendo sido substituída pelo secretário da Junta de Freguesia de Belver, Paulo José Igreja Ventura. -----

Assistiu à reunião o senhor presidente, José Fernando da Silva Pio, o senhor vice-presidente, António Severino, a senhora vereadora Graciosa Chambel, o senhor vereador Rui Vieira e o senhor vereador Vitor Filipe. -----

Assistiu também à reunião, a senhora Chefe da Divisão Financeira, para apoio à apresentação dos documentos relativos àquele serviço. -----

Por conterem matéria com carácter de urgência foram submetidos para eventual aprovação em minuta os conteúdos que integram os **pontos três, quatro, cinco, seis, oito, nove, dez e onze da ordem de trabalhos**. -----

O senhor presidente da mesa da assembleia cumprimentou todos os participantes e deu início à sessão. Dirigiu um cumprimento especial ao senhor deputado António Estevinha, que celebrava naquela data o seu aniversário. -----

De seguida, o senhor presidente da assembleia apresentou uma breve súmula dos assuntos que constavam nas atas do executivo municipal dos meses de setembro,



outubro, novembro e dezembro de 2021. Esclareceu que as atas n.º 17 e 18 eram do mandato anterior e traduziam o encerramento de um ciclo de governação. As atas n.º 19, 20, 21 e 22 já eram do atual mandato e refletiam a dinâmica de uma nova geração governativa. Refletiam um conjunto, significativo, de obras em curso, um benefício incontestável para o nosso território. Refletiam também novos projetos e ideias, alguns ainda desconhecidos, que estavam a ser implementados. -----

Reforçou o desejo para que o interesse do concelho se sobreponha a qualquer outro tipo de interesse. Desejou que o novo executivo consiga executar todos os projetos sufragados nas eleições autárquicas e o superior interesse do município se sobreponha ao interesse pessoal ou partidário, porque não serão esses que ajudarão o Município de Gavião a crescer. O importante é que as obras em curso se concluam e contribuamos todos para novos projetos. Que se venham a criar condições para a fixação de pessoas, especialmente de jovens. Saliou que algumas passagens das atas o tinham deixado um pouco apreensivo e afirmou esperar que fossem pequenos conflitos e divergências fruto do início do mandato. Evidenciou que o importante será que o trabalho de todos os intervenientes crie condições para o engrandecimento deste concelho. De seguida deu a palavra aos membros da assembleia municipal. -----

O senhor deputado Paulo Matos, cumprimentou todos os membros da assembleia municipal, membros do executivo e restantes cidadãos que estavam a assistir à sessão. Apesar de já ter passado o Natal, deixou votos de boas festas a todos. Referiu que, tal como já tinha dito anteriormente, o horário das sessões não é o mais adequado. Os membros eleitos pelo PSD consideram que estas deveriam realizar-se em horário pós-laboral, de forma a permitir a participação de mais cidadãos. Na presente sessão, havia maior participação, por se realizar por zoom. Afirmou concordar com o senhor presidente da mesa da assembleia, o benefício da população deverá ser sempre o principal objetivo. -----

O senhor deputado António Estevinha cumprimentou também todos os membros da assembleia municipal, membros do executivo e restantes cidadãos que estavam a participar na sessão. Começou por elogiar a iniciativa da Câmara Municipal de Gavião de disponibilizar a testagem gratuita, antes do Natal, tendo sido informado que também se iria realizar antes da Passagem de Ano. Pediu que fosse prestada informação sobre essa testagem e também sobre a vacinação de reforço, em que ponto estava naquela data, bem como a informação sobre a adesão das crianças de 10/11 anos. Referiu que, mais uma vez, no período de campanha eleitoral todos nos tínhamos deparado com a existência de muitos cidadãos que não são eleitores no concelho, mas aqui passam a maior parte do seu tempo. Recordou que na maior parte

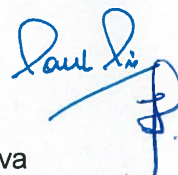


das vezes a justificação se prende com os cuidados de saúde, que não querem perder em outras localidades. Sugeriu que o município, ou as juntas de freguesia, desenvolvessem uma campanha que permitisse desmistificar esta questão, porque cada cidadão é livre de beneficiar dos cuidados de saúde e ser utente do centro de saúde que considere mais conveniente. E como é sabido, um dos critérios para as transferências do orçamento do estado é o número de eleitores. -----

O senhor deputado Fábio Gomes cumprimentou todos os participantes na sessão, especialmente os cidadãos que assistiam. Informou que a sua intervenção tinha como fundamento aos pontos 9 e 10 da ata n.º 21, acerca da cedência de espaços para festas de aniversário. Sugeriu que o executivo tivesse alguma ponderação e não cedesse espaços para esse tipo de eventos, pela fase de pandemia que vivíamos, mas também porque estes eventos promovem ruído e distúrbios na via pública e propiciam ajuntamentos que não devem ocorrer em tempos de pandemia. Deu os parabéns ao executivo, pela iniciativa de realizar a testagem antes da quadra de Natal e questionou se estava prevista nova iniciativa antes do Ano Novo e após a época festiva. Aproveitou também para questionar se, no concelho, havia algum local onde fossem realizados os seis testes mensais comparticipados pelo estado. -----

O senhor presidente da assembleia agradeceu as questões colocadas e deu a palavra ao senhor presidente da câmara. -----

O senhor presidente da câmara cumprimentou todos os membros da assembleia, membros do executivo e cidadãos que assistiam à sessão. Cumprimentou de forma especial o senhor deputado António Estevinha e felicitou-o pelo aniversário. Acerca das questões colocadas, esclareceu que iria haver testagem gratuita no dia 30 de dezembro e que essa iniciativa estava já a ser divulgada. As marcações deveriam ser realizadas por telefone ou junto do Gabinete de Ação Social do município. Concordou com a sugestão do senhor deputado António Estevinha para esclarecer os cidadãos sobre a escolha do médico de família, mas afirmou que se trata de um assunto sensível, que as pessoas têm dificuldade em aceitar. Na sua opinião, a situação na freguesia de Belver é muito evidente, mas também em Cadafaz e Amieira Cova. Quanto à cedência de espaços para realização de festas particulares, afirmou ser uma prática habitual. No contexto de pandemia é exigido o cumprimento das normas da DGS. Afirmou desconhecer que tivessem existido problemas de ruído. Informou que tinha sido aprovada a cedência do Salão Paroquial e Comunitário da Comenda, para realização de uma festa de Passagem de Ano, estando os utilizadores obrigados ao cumprimento das normas da DGS. Esclareceu que era possível realizar a testagem gratuita, financiada pelo estado, na Farmácia Gavião, às teças e quintas. Salientou



que a Farmácia Pimentel também estava a tentar aderir ao programa, mas não estava a conseguir contratar profissionais para realizar os testes. Para esclarecimento das questões relacionadas com a vacinação, passou a palavra ao senhor vice-presidente porque ele estava em isolamento e não tinha os dados atualizados. -----

O senhor vice-presidente cumprimentou todos os participantes na sessão e deixou também votos de continuação de Boas Festas. Esclareceu que até ao dia anterior (27 de dezembro) tinham sido vacinadas com a dose de reforço 1704 pessoas. Tinham também sido vacinadas 40 crianças, entre os 9 e os 11 anos. Referiu que tinha havido problemas no agendamento, da vacinação das crianças, através da plataforma do Serviço Nacional de Saúde e o Serviço Municipal de Proteção Civil e o Centro de Saúde tinham contactado diretamente, por telefone, todos os pais. -----

A senhora deputada Ana Luísa Carias cumprimentou também todos os participantes. Na qualidade de enfermeira-chefe reforçou a informação prestada pelo senhor vice-presidente e salientou que havia apenas sete crianças marcadas pelo sistema de auto agendamento, por isso se realizou o contacto telefónico, uma vez que a proximidade da população o permite. Informou que a vacinação das crianças tinha ocorrido no dia 18 de dezembro e tinham sido vacinadas 18 crianças de 11 anos, 18 crianças de 10 anos e 4 crianças de 9 anos. Tinha havido apenas 1 criança cujos pais recusaram a vacinação. As restantes não foram vacinadas porque estavam doentes ou porque não podiam naquela data. Quanto à vacinação de reforço, estava a haver uma adesão muito boa, não apenas em auto agendamento, mas também fruto de contactos estabelecidos pelo Centro de Saúde. Informou que, naquele momento estava a ser vacinada a faixa etária dos 50 anos. Manifestou o seu agradecimento à Câmara Municipal de Gavião, pelo apoio nos contactos telefónicos com os utentes, por efetuar o transporte dos utentes que necessitam e também aos bombeiros por terem disponibilizado uma tenda que foi colocada junto ao Centro de Saúde, para apoio à vacinação, para que os utentes não tivessem que aguardar à chuva ou ao frio, para serem vacinados. -----

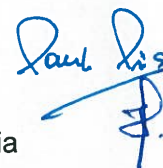
O senhor deputado Paulo Matos reforçou a pergunta do deputado Fábio Gomes, acerca dos eventos em edifícios municipais. Frisou que o município tinha exigido a apresentação de certificado de vacinação, ou teste negativo, para entrada no Mercado de Natal, facto que aplaudiram. Tratando-se a Casa do Povo de Gavião e o Salão da Comenda de edifícios municipais, questionou quem iria fiscalizar o cumprimento das normas da DGS, referido pelo senhor presidente. Porque apenas recomendações, não são uma obrigatoriedade. -----

O senhor presidente da câmara respondeu que, quando a câmara municipal cede um espaço, a responsabilidade passa, integralmente, para as pessoas que fizeram o pedido. A câmara municipal não tem poder de fiscalização, apenas poderá informar às entidades competentes a identidade dos responsáveis pelo evento. -----

O senhor deputado Fernando Faca, cumprimentou todos os participantes. Interveio a propósito da notícia veiculada pelo jornal “Correio da Manhã” e pediu esclarecimentos sobre a mesma. Informou também que tinha lido a ata da câmara municipal que refere a informação prestada pelo senhor presidente da câmara de que tinha enviado ofícios à CIMAA- Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, ao Ministro da Administração Interna e ao Comando Geral da GNR e pediu ao senhor presidente que lhe fizesse chegar cópia desses ofícios. Afirmou que o senhor presidente da câmara devia alertar para a falta de efetivos no posto da GNR de Gavião e os problemas de segurança que vinham surgindo. Saliu que, muitas vezes, as vítimas de furtos não apresentam queixa, por falta de recursos financeiros. Afirmou ter conhecimento de problemas, por exemplo, com ruído de vizinhança e salientou que na noite de Natal isso tinha acontecido e houve necessidade de intervenção da GNR. -----

O senhor presidente da câmara dirigiu-se ao senhor deputado Fernando Faca, afirmando que o Posto da GNR de Gavião é o que tem menos queixas do distrito de Portalegre. Frisou que estava atento à situação e no dia anterior tinha enviado um ofício às entidades competentes, dando conhecimento de todos os procedimentos e diligências que tinha efetuado para alertar para os problemas de segurança. Na carta, que foi lida à assembleia municipal, era transcrita a cronologia dos diversos ofícios enviados e recebidos a propósito do assunto. Informou que tinha sido entregue um exemplar do ofício referido no Posto da GNR de Gavião e tinha merecido o apoio de todos os militares, à exceção de um. Também o senhor comandante do posto reconhecia que a Câmara Municipal de Gavião é uma das autarquias que mais apoia aquela instituição. Evidenciou que, recentemente, a câmara municipal tinha mandado colocar janelas novas e o posto tinha sido pintado, também com o apoio do município. Mas há assuntos sobre os quais a câmara municipal não pode interferir e a falta de efetivos não é um problema local. Frisou que tem feito todos os contactos que lhe foram possíveis, sem recorrer às redes sociais. Informou que faria chegar à mesa da assembleia municipal uma cópia dos ofícios remetidos acerca deste assunto, para que fosse remetido a todos os membros da assembleia. Saliu que os contactos telefónicos que também fez acerca do assunto, não podiam ser documentados. -----

O senhor presidente da assembleia agradeceu as intervenções e frisou que quanto mais transparência melhor. Mas quando as pessoas são mal-intencionadas, nem com



as provas documentais aceitam os factos. Informou que a documentação referida seria enviada a todos os membros e cada um faria o seu juízo de valor. Acerca do assunto dos residentes que não são eleitores no concelho, salientou que também tinha ficado desperto para esse assunto, no decorrer da campanha eleitoral. Afirmou que se trata de um tema muito importante e deveria ser estudada uma estratégia com as juntas de freguesia, que poderia ser liderada pelo senhor vice-presidente que tem o respetivo pelouro. -----

**PONTO UM = apreciação e eventual aprovação da ata da sessão anterior; -----**

O senhor presidente da assembleia colocou a votação a ata da sessão anterior, que foi previamente remetida a todos os membros, dispensando-se a sua leitura. A ata foi aprovada por maioria, com as abstenções do senhor presidente da Junta de Freguesia de Comenda, Abílio Mendes e do representante da Junta de Freguesia de Belver, Paulo Ventura, por não terem estado presentes na respetiva reunião. -----

**PONTO DOIS = Informação sobre a atividade do município e a situação financeira do mesmo - alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----**

A senhora segunda-secretária leu o relatório de atividades, entregue pelo senhor presidente da câmara. -----

De seguida, o senhor presidente da câmara apresentou o resumo diário de tesouraria relativo ao dia 27 de dezembro de 2021, que apresentava um saldo de 921.012,52€ (Operações Orçamentais – 692.896,50€ e Operações de Tesouraria – 228.116,02€). -- Salientou que aquela data havia um total de pagamento em condições de serem feitos no valor de 84.430,67€, dos quais cerca de 50 mil euros de operações orçamentais e não orçamentais cerca de 35 mil euros. Os valores apresentados permitiam encarar o futuro com tranquilidade e concluir as obras em curso. Já refletiam o pagamento dos vencimentos aos trabalhadores municipais. A situação dos empréstimos também era residual. Em relação às obras municipais havia pagamentos feitos, com pedidos de pagamento submetidos e não ressarcidos no valor de cerca de 350 mil euros. -----

O senhor deputado Paulo Matos interveio, a propósito da referência, no relatório de atividades, a investimentos na área do turismo, para informar que tinha estado no Castelo de Belver, no fim-de-semana anterior e tinha verificado a existência de uma praga de mosquitos, que deveria ser controlada. -----


O senhor presidente assegurou que seriam tomadas as devidas providências. -----

O senhor vice-presidente pediu para intervir e esclareceu que tinha sido uma situação pontual, talvez fruto da situação climatérica e a na segunda-feira tinha-se deslocado ao local e a situação já estava normalizada. -----

**PONTO TRÊS = apreciação, discussão e eventual aprovação do Orçamento 2022 e GOP – quadrienal, alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do referido diploma; -----**

O senhor presidente da assembleia municipal deu a palavra ao senhor presidente da Câmara Municipal de Gavião, que apresentou os Princípios Orientadores e Grandes Áreas Estratégicas que presidiram no essencial à elaboração do Orçamento 2022 e GOP. -----

O **senhor presidente da câmara** começou por expressar o seu agradecimento aos serviços municipais, por terem conseguido elaborar documentos tão complexos, em tão curto espaço de tempo, após o período eleitoral, com a agravante de estamos em período pandémico. Os documentos foram elaborados com clareza, cuidado e rigor técnico. Afirmou que este orçamento resultava do trabalho iniciado há oito anos, mas também ajustado aos tempos atuais. Só com uma visão moderna e com maior envolvimento dos munícipes será possível atingirmos todas as metas propostas, colocando o concelho de Gavião na rota da modernidade e do progresso. Importa dar seguimento ao trabalho desenvolvido, concluindo todas as obras em curso, que sofreram atraso devido à situação pandémica. Importa também dar cumprimento ao sistema de normalização contabilística SNC-AP. Pretendeu-se apresentar um orçamento onde a resiliência estivesse patente. Foram definidas como metas prioritárias: turismo, educação e juventude, emprego, ação social, habitação, saúde, cultura, património, desporto e tempos livres, agricultura, floresta e desenvolvimento rural, transição digital, transição climática, proteção do ambiente e proteção civil. Frisou que sempre tinha sido afirmado que estariam atentos às oportunidades dos quadros comunitários. Dentro do plano estratégico elaborado, foram concretizadas muitas candidaturas ao PT 2020 e na sua maioria estavam em execução ou já finalizadas. O orçamento tinha sido elaborado para dar corpo às obras em curso, resultantes das candidaturas aprovadas, mas já com os olhos nas oportunidades do PT 2030 e perspetivando as candidaturas possíveis ao Plano de Recuperação e Resiliência, para dar corpo a todas as expetativas da população do concelho. Referiu as obras em curso: o Ninho de Empresas Não Tecnológicas, Regeneração Urbana da Rua 23 de Novembro e Beco das Piscinas, Requalificação da Piscina Coberta (quase concluída), Recuperação da Antiga Casa do João Ascensão, incluindo o arranjo paisagístico da envolvente, adaptação do antigo seminário ao Museu dos Carros de Atrelar. Enunciou que a obra de requalificação do acesso à Ribeira da Venda, era considerada estratégica para aquele espaço e incluía a pavimentação do circuito interno em calçada. Aproveitou para informar que a negociação dos terrenos do Parque de Merendas estava quase concluída e em condições de ser realizada a



escritura. Em relação ao Centro Interpretativo dos Percursos Pedestres e Estação de Serviço para BTT na antiga escola da Degracia, informou que o concurso já tinha sido aberto duas vezes. Na primeira ficou deserto e na segunda nenhuma das candidaturas reunia as condições da candidatura aprovada. Em janeiro seria lançado novo concurso público. Frisou que na Zona de Lazer e Parque Infantil de Vale de Gaviões, apenas faltava a instalação dos sanitários, aguardando-se o fornecimento, No PR8 – Rota da Sirga só estava em falta a sinalética. Na ampliação do edifício sede do Agrupamento de Escolas, também seria lançado o concurso público no início do ano. Salientou que num município com as limitações financeiras como o nosso, as candidaturas são a única possibilidade efetiva de fazer obra. Afirmou esperar que a pandemia nos permitisse retomar o ritmo normal, para de uma forma racional e equilibrada fosse cumprido o orçamento de 2022., de acordo como os grandes objetivos estratégicos, constantes do programa eleitoral para o presente mandato, traduzido nas Grandes Opções do Plano. Sublinhou que o orçamento de 2022 seria trabalhado num clima económico, muito dependente da evolução da pandemia, subordinada ao quadro legal em vigor. Frisou pretender que o Município de Gavião continue a ser uma referência na estabilidade, na credibilidade e nas boas contas. Afirmou pretender que este fosse um orçamento virado para as pessoas, sendo a ação social é uma das grandes apostas, porque a pandemia ainda não terminou. Enumerou diversas medidas de apoio que terão continuidade, especificando a taxa mais baixa de IMI, permitida por lei, a devolução de 5% do IRS aos municípios, oferta das refeições aos alunos do Pré-escolar e 1.ª Ciclo, lotes urbanos para construção a preços baixos, apoio à 1.ª infância e apoio à habitação, manter o programa OMTJ e o programa Férias Ativas, conceder bolsas de estudo aos estudantes do ensino superior, apoio à atividade económica “Um Comércio a Pensar em Si”. -----

Referiu que, apesar de todos os constrangimentos existentes, nomeadamente o grande esforço financeiro por força da pandemia, o município tinha executado todo o orçamento de 2021, mantendo uma situação financeira estável, cumprindo integralmente a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, não tendo aquela data pagamentos com data superior a 60 dias, procurando sempre afirmar a qualidade de vida, estimular o desenvolvimento económico, numa gestão moderna e participada. Informou que ficaram definidas como grandes áreas estratégicas: afirmar a qualidade de vida no concelho de Gavião, como fator competitivo para o nosso futuro coletivo; estimular o desenvolvimento económico, apostar no desenvolvimento rural, investir numa gestão moderna, eficaz e participada. -----




Identificou as áreas prioritárias: atrair investimento público e privado; promover o ordenamento do território, o urbanismo e a habitação; qualificar o espaço urbano; qualificar o espaço rural; preservar o património natural, cultural e edificado existente; otimizar funcionalmente os setores estratégicos do abastecimento de água, tratamento de águas residuais e resíduos sólidos, encontrando-se neste momento já constituída a Empresa Multimunicipal de Águas, incluindo 10 municípios do norte alentejano; melhorar as acessibilidades, participar no esforço de solidariedade social; apoiar o associativismo cultural e desportivo; reduzir os consumos energéticos. -----

Como ações prioritárias salientou para o setor do **turismo**: “vender” a marca “Gavião um Alentejo Diferente”, através dos diversos polos de atração,, aproveitar e otimizar as potencialidades paisagísticas, museológicas, gastronómicas, culturais e do turismo de contacto com a natureza, manter a aposta nas duas praias fluviais do concelho (Ribeira da Venda e Alamal), concluir as obras do futuro Museu dos Carros de Atrelar, da ligação do PR1 ao PR2, através do PR8 “Rota da Sirga”, das piscinas descobertas de Gavião, da antiga Casa do João Ascensão, dando lugar ao novo Posto de Turismo, Museu da Banda Juvenil e loja de produtos tradicionais. Concluir a obra do Lagar da Fraga em Belver, instalar na antiga escola da Degracia, um Centro Interpretativo dos Percursos Pedestres e zona de apoio aos praticantes de BTT, criar na freguesia de Margem um espaço museológico dedicado a Mouzinho da Silveira e concluir a Zona de Lazer de Vale de Gaviões, construindo uma piscina. -----

Na área da **educação** evidenciou a ampliação da escola sede do agrupamento; manter uma parceria muito ativa com o Agrupamento de Escolas de Gavião; apoiar todas as crianças e jovens do nosso concelho do pré-escolar ao 3º. ciclo; apoiar na ação social escolar; garantir os transportes escolares; dar resposta social, com a finalidade de criar e dinamizar regularmente atividades sociais, culturais, educacionais e de convívio com o apoio da nossa universidade sénior; manter o apoio nas bolsas de estudo a todos jovens do concelho que frequentam o ensino superior; continuar a apostar no Programa de Ocupação Municipal Temporária de Jovens OMTJ; manter o programa Férias Ativas a pensar na ocupação saudável dos tempos livres de verão dos/as jovens pretendendo fomentar o desenvolvimento de projetos úteis à comunidade. -----

Na **cultura** propôs manter a aposta na Feira Medieval de Belver, Mostra de Artesanato, Gastronomia e Atividades Económicas de Gavião, Festa da Juventude – BEAT FEST na Comenda, Jornadas Gastronómicas do Feijão-Frade em Margem, Mercado de Natal na sede de concelho. Continuará também o apoio aos grupos



culturais do concelho e a dinamização do Mercado Municipal com atividades culturais tais como feiras do livro entre outras. -----

No **desenvolvimento económico** pretende-se realizar campanhas de divulgação de modo a incentivar a fixação de empresas nos loteamentos industriais de Gavião e Comenda, criar condições e apoios ao surgimento e fortalecimento de novos projetos para o concelho, apoiar o comércio local, um setor importante no nosso concelho, privilegiar os produtos locais e ou regionais de modo a que, estes sejam também impulsionadores da economia local. -----

Na **ação social** serão mantidos os apoios existentes, nomeadamente: apoio à Universidade Sénior, espaço privilegiado de troca de experiências e saberes, sendo ao mesmo tempo um espaço de convívio e de envelhecimento ativo; reforçar o apoio psicológico tanto no agrupamento de escolas como a todos os cidadãos que dele necessitem; apoio à fixação de famílias jovens com incentivos à natalidade e aquisição de habitação própria; manter as parcerias existentes com todas as IPSS; reforçar o papel da Rede Social; manter e se possível aumentar o programa municipal OMTJ; ser um parceiro ativo no desenvolvimento do Plano de Atividades do CLDS 4ª Geração; promoção de habitação social e concluir a Estratégia Local de Habitação. -----

Na **transição climática/proteção do ambiente/saúde** pretende-se proceder à sensibilização dos cidadãos para a importância da política dos 3 Rs – Reduzir, Reciclar, Reutilizar; conclusão do plano de eficiência energética do Município de Gavião; colocação ou remodelação de iluminação pública onde não existe, ou se mostra desadequada às boas práticas de eficiência energética; renovação da Rede em Baixa de Cadafaz; manutenção de todas as redes existentes. -----

Na **transição digital** haverá investimento nas competências digitais dos cidadãos do concelho; no aceleração da implantação da banda larga ultrarrápida em todos os espaços habitacionais e sociais: criação de um quiosque eletrónico para balcão de atendimento e aquisição de uma plataforma de gestão de ocorrências. -----

Nas **comunicações e transportes**: beneficiação e conservação de estradas, caminhos municipais e arruamentos em todo o município; aquisição de viaturas e ou máquinas, garantindo a renovação da frota municipal. -----

Na **juventude e associativismo** sublinhou que a juventude é a alma deste concelho, por isso terão de ser criadas políticas para a juventude, que sirvam de alavanca para despoletar o que de melhor tem esta faixa etária. O concelho tem mais de 35 coletividades de cultura, recreio e desporto que merecem o máximo apoio porque são elas que no dia-a-dia movimentam as pessoas das freguesias. Será mantida a aposta na festa da juventude, bem como o projeto para jovens em tempo de férias - Gavião

Jovem – Férias Ativas, o programa OMTJ e estágios profissionais. Será também dinamizado o Conselho Municipal da Juventude. -----

Finalizando, salientou que na **proteção civil** todos temos responsabilidades, mas o município assume a liderança através do serviço municipal de proteção civil e do coordenador operacional municipal. Assim, destacou a continuidade da implementação do programa “Aldeia Segura Pessoas Seguras”; o levantamento, previsão e avaliação de risco; a informação e formação das populações, em matéria de autoproteção e colaboração com as autoridades; inventariação dos meios disponíveis; manter a aposta na operacionalidade dos bombeiros; manter a Equipa de Intervenção Permanente, assumindo 50% do pagamento; tentar criar o Conselho Municipal de Segurança; continuar o Programa de Desfibrilhação Automática Externa (DAE) em alguns locais estratégicos do concelho. -----

Concluiu salientando que, ao longo da apresentação do orçamento para 2022, tinha procurado fundamentar toda a estratégia delineada, debruçando-se sobre os objetivos apresentados. Afirmou querer estimular a participação, acrescentar conteúdo à decisão que ocorre nas instituições e afirmar a presença do município como estratégica para as dinâmicas da sociedade em que se insere e para o seu desenvolvimento económico e social, valorizar parcerias, nomeadamente com o Agrupamento de Escolas de Gavião, as IPSS e as instituições do concelho, mantendo sempre o respeito institucional e democrático, com a autonomia de cada um. Frisou que na elaboração do presente orçamento tinham sido recolhidos os contributos dos presidentes das juntas de freguesia, dos vereadores eleitos e dos serviços municipais. Traduzindo-se num documento dinâmico, de governação sujeito aos contributos críticos construtivos de pessoas e instituições, às oportunidades e à mudança. Focou que o orçamento tinha uma redução de 500 mil euros, justificando que estávamos no final do PT 2020 e ainda não se sabia com o que contar em relação ao PT2030. Nas Grandes Opções do Plano já podiam ser vistas algumas das ideias para lançar e fazer candidaturas no próximo quadro comunitário. Assegurou que o executivo estará atento para fazer mais e melhor pelas pessoas. -----

O Orçamento para o ano económico de 2022 previa um valor de 11.500.000,00€ e as GOP assumiam o valor de 5.732.016,00€. -----

O senhor presidente da assembleia agradeceu a apresentação detalhada. Fez votos para que se executem o maior número possível de desígnios aqui plasmados. Deu a palavra aos deputados municipais. -----

O senhor deputado Paulo Matos solicitou o esclarecimento de algumas dúvidas, por parte do senhor presidente da câmara, enquanto responsável político, pelos



documentos e não pela chefe de divisão, responsável técnica pelos mesmos. Afirmou ser quase impossível não estar de acordo com tudo o que o senhor presidente tinha dito, ainda que fosse vago. Citou que ao falar em transição digital, tinha dito que seria acelerada a introdução da banda larga móvel. Perguntou em que data isso aconteceria. Igualmente em relação à captação de indústrias, perguntou em que data e para onde. Referiu que se tinha tratado de um discurso de boas intenções, mas esperava datas e compromissos reais. Nas GOP, rúbrica 1.2.1 COVID19 – apoio a instituições sem fins lucrativos, havia uma rúbrica aberta com 100€, contudo a rúbrica 2.1.2020/7, no ponto 3.2 já havia 40.000€, na soma das três instituições. Referiu que tinha ficado com dúvidas, porque o senhor presidente tinha falado no reforço do apoio às instituições, e apenas reforçou com 100€, uma vez que os 40 mil eram o apoio habitualmente concedido. Na rúbrica 2.1.2 – serviços auxiliares de ensino – aquisição de livros e material escolar, era uma rúbrica dotada com 3.200€, perguntou se esta rúbrica continha o valor total da devolução de livros ou não e como é que este processo estava a decorrer. Questionou se a câmara municipal sabia a quantidade de livros que tinha sido devolvida. Na rúbrica 2.4.1 – arranjo paisagístico do lote n.º 48 do Loteamento Urbano do Calvário, com valor orçamentado de 28.353€, questionou se o espaço iria ser ajardinado ou ser seccionado em lotes habitacionais. Na rúbrica 2.4.2 – revisão do PDM de Gavião, orçamentado em 68.860€, referiu que o PSD já questionava o assunto há pelo menos 10 anos e perguntou se o PDM terminaria em 2022 e quando entraria em discussão pública. Na rúbrica 2.4.2 – arranjo paisagístico da Avenida José Marcelino, entre o cruzamento com a Rua Dr. Eusébio Leão e o cruzamento com a Rua S. João de Deus, que tinha orçamentado 100€, questionou o que iria ali ser feito, porque tinha ouvido dizer que seriam arrancadas todas as laranjeiras. Na rúbrica 2.4.3 – construção de estação de tratamento de águas residuais do Almal – orçamentada com 36.000€, manifestou a concordância do PSD com esse projeto, há muitas sessões que o defendiam, mas tinha sido dito que teria um custo de meio milhão de euros, questionou onde estava a verdade face a outros orçamentos anteriores que previam o meio milhão de euros. Na rúbrica 2.4.6 – reabilitação da escola primária da Degracia Cimeira para instalação de Centro Interpretativo de PR's – orçamentada com 225.100€, perguntou de, depois das 2 tentativas anteriores, este valor já permitiria fazer a obra. Na rúbrica 2.4.6 – Trilho da Água, orçamentado em 5.000€, afirmou desconhecer. Parecia ser um novo trilho, mas questionou onde. Rúbrica 2.5.1 – Mercado de Natal – orçamento de 22.950€, o valor pareceu-lhe um valor muito alto. Questionou em que seria usado. Rúbrica 3.1.0 – beneficiação do regadio tradicional da Ribeira de Margem – com dotação de 500€. Afirmou saber que

na quinzena anterior tinha havido uma reunião entre os responsáveis da associação e o município, em que a direção teria entregue “a pasta” ao município. Afirmou ter dúvidas que com o valor referido se conseguisse fazer alguma coisa. Rúbrica 3.2.0 – apoio a situações excecionais, com 24.300€, questionou do que se tratava. Rúbrica 3.3.1 – requalificação do caminho da estrada velha de Gavião, orçamentado com 1.00€. Disse que tinha muitas dúvidas que com esse valor se fizesse a requalificação referida. Rúbrica 3.4.1 – construção de Mercado e Zona de Lazer de Vale de Gaviões, orçamentada em 20.000€. Referiu que tinha recebido documento que indicava que a obra estava terminada, mas na conta corrente ainda havia 14.000€. Pediu explicações sobre o assunto. Na receita afirmou ter identificado 1,7 milhões de euros em rubricas do tipo “outros”, o que lhe parecia um valor bastante elevado de incerteza, num orçamento 11,5 milhões. Indicou as rubricas a que se referia (05.01.099 – 320 mil euros; 06.03.01.99. – 141 mil euros; 07.02.99.99 – 87.700 euros; 08.01.99.99 – 620.712€; 10.03.07.03 – 522 mil euros). Pediu esclarecimentos sobre os valores. Por último, referiu que não estava refletido um cash-flow realista e perguntou, tal como tinha feito em maio de 2021 se seria necessário à câmara municipal contrair algum empréstimo para reforço de tesouraria. -----

O senhor deputado António Estevinha interveio para referir que o orçamento e GOP espelhavam as opções do executivo nos últimos anos. Como podia ser verificado, o ano 2022 seria o ano previsível para o *terminus* da execução das grandes obras. Estas obras dotarão o concelho de equipamentos e infraestruturas que poderão ser uma mais-valia ao nível de atratividade de investimentos e melhorar a qualidade de vida dos gavionenses. O emprego, turismo, educação, cultura são vetores essenciais para o desenvolvimento do concelho. Claro que o emprego e a fixação de pessoas deveria ser o foco do executivo que procura, e nunca rejeitou, propostas de investimento. Infelizmente estamos inseridos numa geografia concorrencial, composta por todos os concelhos do interior, que desesperam por investimentos. Mas temos que continuar a lutar e afirmou saber que o executivo o fará. Afirmou que 2022 será mais um ano atípico, em que os riscos de execução serão altos, fruto do elevado custo de matérias primas e abastecimento, falta de mão-de-obra, incerteza de execução de algumas atividades. Felicitou o executivo pelo orçamento e GOP apresentados, assegurando que poderiam contar com os membros do grupo municipal do PS, na sua aprovação e execução. -----

O senhor presidente da assembleia agradeceu as intervenções e deu a palavra ao senhor presidente para esclarecer as dúvidas colocadas. -----

Em resposta ao senhor deputado Paulo Matos, o senhor presidente da câmara salientou que, quando as perguntas são feitas de forma correta não vê más intenções. Esclareceu que o processo de devolução dos manuais escolares é uma competência do agrupamento de escolas e não da câmara municipal. A autarquia, paga os manuais indicados pela escola para que tudo funcione bem. Afirmou que o senhor presidente da assembleia estaria mais habilitado a responder à questão. A intervenção no lote n.º 48 correspondia ao Campo de Padel, que teria de ser pago. Afirmou esperar que o ano 2022 fosse o ano da conclusão da revisão do PDM, mas tal como era sabido, este processo sofreu alguns atrasos, como foi exemplo a falência da empresa responsável. Afirmou esperar que entrasse em consulta pública no 1.º semestre do ano. Salientou que antes disso, o documento terá de ser submetido a pareceres de várias instituições. Em relação à intervenção na Avenida José Marcelino, salientou que a zona merece ser embelezada. Referiu que havia muitas laranjeiras, com doença e teriam de ser arrancadas. Mas o projeto deveria ser submetido a consulta pública. O valor era apenas para abrir a rúbrica, porque ainda não havia projeto. Esclareceu que o valor orçamentado para a ETAR do Alamal dizia respeito apenas ao projeto. O custo do equipamento poderá custar cerca de meio milhão de euros. Salientou que o projeto estará sempre sujeito a muitos condicionalismos ambientais. Informou que tinha havido a sugestão de uma localização, para o equipamento, por parte de uma universidade, que sugeria a instalação atrás da “Casa do Costa” e já tinha havido contactos com o proprietário do terreno. Na sua opinião a instalação de uma ETAR de última geração seria menos prejudicial do que as fossas que já não são estanques e no verão, com o aumento de resíduos sofrem grandes perdas. Assegurou que a câmara municipal tem feito tudo o que pode para ultrapassar esta situação. Esclareceu que o valor orçamentado para a escola da Degracia seria apenas para 2022, o restante seria pago em 2023. Informou que o “Trilho da Água” foi uma proposta da União das Freguesias de Gavião e Atalaia e será executado na zona de Amieira Cova. A rúbrica foi aberta para tentar apresentar candidatura, mas se não for financiado será feita na mesma, porque tem muito potencial. Quanto ao valor orçamentado para o Mercado de Natal, considerou não ser muito alto para a animação, decoração, comboio de Natal, etc. Afirmou que possivelmente terá de ser reforçado. Em relação ao Regadio de Margem, confirmou que tinham sido agendadas duas reuniões, mas não se tinham realizado por falta de comparência dos sócios. Afirmou desconhecer se têm interesse em passar a responsabilidade para o município, mas assegurou que a câmara municipal só aceitará se considerar que essa é a melhor solução. -----

Explicou que o valor orçamentado para situações excecionais se destinava ao apoio ao comércio local, para apoio à quebra de faturação devido à COVID19. Já tinham estado abertas as candidaturas e em breve seriam abertas candidaturas para renovação de equipamentos, até 1.000€ no máximo. As situações excecionais não se limitam à COVID, foi apenas um exemplo. Em relação à estrada velha de Gavião, esclareceu que a zona a intervencionar começará junto à Capela do Espírito Santo e terminará na EN244. Informou que há intenção de apresentar candidatura ao PT2030 para pavimentar e instalar equipamentos, eventualmente uma ciclovia e gares para equipamentos de ginástica de manutenção. O valor de 1.000€ será apenas para o projeto. Esclareceu que o valor orçamentado para o Mercado e Zona de Lazer de Vale de Gaviões se destinava aos sanitários, que seriam semelhantes ao equipamento instalado na área de serviço de autocaravanas. Em relação à questão colocado sobre a rubrica “outros” informou que seriam ali registados, por exemplo os valores recebidos das diferentes candidaturas. Sublinhou que as receitas não podem ser empoçadas. No orçamento esses valores têm que estar em linha com os valores do ano anterior, por isso tudo o que está em “outros” tem uma justificação muito objetiva. Informou que o município não necessitava de contratar nenhum empréstimo. Salientou que havia cerca de 350 mil euros de obras, que já tinham sido pagos pelo e não tinham sido liquidados no âmbito das candidaturas. A situação financeira mantinha-se estável e permitia encarar o futuro com tranquilidade, aproveitando as oportunidades em termos de candidaturas. Afirmou que diariamente os serviços municipais trabalham para conseguir financiamentos e até aumentos de participação, o que tem sido possível porque o Município de Gavião realiza aquilo a que se compromete. Em relação ao apoio às IPSS, confirmou que o valor de 40 mil euros corresponde ao que habitualmente é atribuído. Os 100€ que foram referidos tiveram como objetivo abrir a rubrica, para o caso de surgir alguma oportunidade. Salientou que o município não deixa nunca de apoiar as IPSS nas mais diversas vertentes. Por último, agradeceu as palavras do senhor deputado António Estevinha e o apoio do grupo municipal do PS. -----

O senhor presidente da assembleia municipal informou que os manuais escolares são integralmente financiados pelo estado a 100%. O Município de Gavião oferece os cadernos de atividades aos alunos do 1.º ciclo. Apenas os manuais escolares do 1.º ciclo não são devolvidos. Os restantes têm de ser e as regras estão muito claras. Os encarregados de educação recebem um termo de utilização, onde constam essas regras. No final do ano letivo, há uma equipa que verifica as condições de devolução. Na plataforma de emissão de vouchers também é registado o estado em que são

devolvidos os manuais. Na escola há um banco de manuais devolvidos que são reutilizados e a plataforma emite os vouchers para aquisição de novos manuais. Salientou que o município não tem qualquer interferência nesse processo e se algum partido pretendia informação sobre o mesmo, deveria solicitar ao agrupamento de escolas. -----

O senhor deputado Paulo Matos frisou que tinha colocado a questão dos manuais, porque no âmbito da transferência de competências haveria um vereador a acompanhar o processo. Evidenciou que o senhor presidente da câmara tinha falado no caminho da estrada velha de Gavião e recordou que, no aviso 975/2016, foi iniciado o processo para o Plano de Pormenor do Pico da Roça que envolvia uma urbanização focada num investimento de Turismo de Saúde. O plano de pormenor não evoluiu, porque o referido investimento também não avançou. Questionou se o plano de pormenor iria ser aproveitado, uma vez que constava no orçamento em apreciação. Afirmou pensar que teria tido um custo de 40 mil euros, acrescidos de IVA. -----

O senhor presidente da câmara conformou que tinha havido o plano de pormenor, em 2016, com o intuito de criar uma clínica de saúde. Mas em 2017, a zona foi percorrida pelo incêndio e o investidor desistiu. Afirmou que não se recordava do custo. Adicionalmente, informou que já tinha sido negociado com o proprietário, o terreno junto à Capela do Espírito Santo, para iniciar a obra de alargamento da rua que dá início ao caminho da estrada velha. -----

O senhor presidente da assembleia agradeceu as intervenções e colocou o assunto a votação. -----

A assembleia municipal deliberou, por maioria, aprovar o Orçamento 2022 e GOP. ----  
Abstiveram-se na votação os deputados municipais: Paulo José Estrela Vitoriano de Matos, Fábio Miguel Florindo Gomes, Isabel Maria Casa Branca Martins, Alberto Paisana Faria, Ana Luísa Flores Jeremias, Abílio Flores Mendes e Fernando Manuel Meneses Faca. -----

O senhor deputado Paulo Matos apresentou declaração de voto, alegando que aquele era o primeiro orçamento do novo executivo e gostaria de ter encontrado mais investimento efetivo, nomeadamente para zonas industriais. -----

**PONTO QUATRO = apreciação, discussão e eventual aprovação do mapa de pessoal;** -----

O senhor presidente da câmara apresentou o mapa de pessoal para 2022. Depois de apreciado, foi colocado a votação, tendo sido aprovado por maioria, com a abstenção dos deputados municipais: Paulo José Estrela Vitoriano de Matos, Fábio Miguel Florindo Gomes e Isabel Maria Casa Branca Martins. -----



Foi colocada a votação uma **proposta**, nos termos do artigo do artigo 31.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação, relativamente aos encargos a suportar com recrutamento de novos postos de trabalho (25.000,00€ para o pessoal do quadro e 1.000,00€ para o pessoal contratado a termo) e a verba prevista para a Alteração do Posicionamento Remuneratório é fixada no valor de 31.000,00€. Tendo em conta os requisitos previstos nos termos do artigo 7.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e as disponibilidades orçamentais existentes, a rubrica para alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária não foi dotada. Também a rubrica para encargos relativos a prémio de desempenho não foi dotada. Colocada a votação, foi aprovada por maioria, com a abstenção dos deputados municipais: Paulo José Estrela Vitoriano de Matos, Fábio Miguel Florindo Gomes e Fernando Manuel Menes Faca. -----

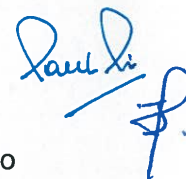
Foi ainda, colocada a votação a **proposta de atribuição de suplemento de penosidade e insalubridade**, previsto no Decreto-Lei n.º 93/2021, de 9 de novembro, atribuindo o valor mais alto, permitido por lei (4,99€ para os trabalhadores colocados na posição remuneratória 11 ou inferiores da Tabela remuneratória única e de 15% da remuneração diária, aos trabalhadores colocados na posição remuneratória 12 e superiores), num total máximo de 11.800,00€. Colocada a votação, foi aprovada por maioria, com a abstenção do deputado municipal Fábio Miguel Florindo Gomes. -----

**PONTO CINCO = apreciação e eventual autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março;** -----

- **Plano Municipal para a Igualdade**, no âmbito da candidatura intermunicipal (CIMAA) submetida ao POISE n.º 22-2020-3, a liquidar à CIMAA – Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo. Despesa prevista para 2021 - 937,26 (IVA incluído à taxa de 23%) e para 2022 - 3.277,74€ (IVA incluído à taxa de 23%). Aprovado por unanimidade. -----

- **Aluguer de autocarros em regime continuado para o biénio de 2022 e 2023 (30.000Km)**, a contratar com recurso a consulta prévia. Despesa prevista para 2022 - 17.013,00€ (IVA incluído) e para 2023 - 17.013,00€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- **Aquisição de serviço de gestão de pragas em regime continuado, para os anos de 2022 e 2023;** a contratar a “Zecafil – Proteção Ambiental, Lda”. Despesa prevista



para 2022 – 3.073,58€ (IVA incluído) e para 2023 - 3.073,58€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- **Aquisição de garrafas de gás e serviços de inspeção em regime continuado para os anos de 2022 e 2023**, a contratar a “Gravilha e Abreu, Lda”. Despesa prevista para 2022 – 5.920,00€ (IVA incluído) e para 2023 – 4.568,22€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- **Aquisição de pneus, câmaras de ar e serviço de manutenção de pneus em regime continuado para os anos de 2022 e 2023**, a contratar com recurso a consulta prévia. Despesa prevista para 2022 – 36.583,27€ (IVA incluído) e para 2023 – 36.583,27€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- **Aquisição de peças para a frota de máquinas e viaturas do município em regime continuado, por um período de 2 anos, até ao limite de 30.000,00€**, a contratar com recurso a consulta prévia. Despesa prevista para 2022 – 18.450,00€ (IVA incluído) e para 2023 – 18.450,00€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. ----

- Apoio Municipal “**Um comércio a pensar em si**” – apoio a instalações de novos estabelecimentos comerciais ou instalados há 4 anos no concelho, indexado à renda, a liquidar ao requerente da candidatura n.º **2021/850.10.002/8**. Despesa prevista 150,00€/mês, 1.800,00€ a liquidar em 2022. Aprovado por unanimidade. -----

- Apoio Municipal “**Um comércio a pensar em si**” – apoio a instalações de novos estabelecimentos comerciais ou instalados há 4 anos no concelho, indexado à renda, a liquidar ao requerente da candidatura n.º **2021/850.10.002/9**. Despesa prevista 100,00€/mês, 1.200,00€ a liquidar em 2022. Aprovado por unanimidade. -----

- Apoio Municipal “**Um comércio a pensar em si**” – apoio a instalações de novos estabelecimentos comerciais ou instalados há 4 anos no concelho, indexado à renda, a liquidar ao requerente da candidatura n.º **2021/850.10.002/7**. Despesa prevista 90,00€/mês, 1.080,00€ a liquidar em 2022. Aprovado por unanimidade. -----

A assembleia municipal deliberou ainda aprovar, por unanimidade, a **recalendarização** dos seguintes compromissos plurianuais: -----

- Empreitada de “**Reordenamento de Trânsito na Rua 23 de Novembro e Beco das Piscinas, para a mobilidade urbana sustentável**”, contratada a “URBIGAV – Construções e Engenharia, S.A.” Valor para 2021 = +119.842,49€ (IVA incluído) e para 2022 = -119.842,49€ (IVA incluído); -----

- **Seguros Frota, Responsabilidade Civil e Pessoal**, a liquidar a Seguros Fidelidade Mundial. Valor para 2021 = +8.000,00€ (IVA incluído) e para 2022 = -8.000,00€. -----



**PONTO SEIS = autorização prévia genérica para a assunção de compromissos plurianuais, nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho; -----**

O senhor presidente da câmara apresentou uma proposta para simplificação e celeridade processuais, solicitando que a assembleia municipal, de acordo com as disposições legais, emita autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos seguintes: -----

a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano e PPI; -----

b) Resultem de compromissos já assumidos, que por motivos de alteração na calendarização física e consequentemente financeira não venham a ser todos realizados no ano de 2021, desde que devidamente justificados pelo serviço requisitante; -----

c) Compromissos assumidos em 2021, só satisfeitos (realizados, faturados) no ano económico de 2022; -----

d) A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia genérica que se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições atrás previstas, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei. -----

Em todas as sessões ordinárias da assembleia municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica aqui proposta. -----

Terminada a apresentação, foi dada a palavra aos membros. -----

O senhor deputado Paulo Matos interveio salientando que, pese embora se tratasse de um assunto recorrente, à luz da nova legislação autárquica, das suas atualizações, apesar de o orçamento do estado não ter sido aprovado pela Assembleia da República, a alínea a) poderia ser excessiva. Porque nas GOP existiam várias rúbricas, abertas simbolicamente, com valores insuficientes. Tal como tinha sido referido pelo senhor presidente, caso surjam oportunidades essas rúbricas serão reforçadas e não concordava autorizar algo que poderá ser inflacionado. Em causa poderia estar a responsabilidade civil de todos os membros desta assembleia municipal. Se os membros se absterem, não serão responsabilizados. -----

O senhor presidente afirmou não perceber a posição do senhor deputado Paulo Matos, tal como já tinha referido várias vezes o município deve aproveitar as oportunidades que venham a surgir e não o fazer seria emperrar o desenvolvimento do concelho. -----

Depois de terem sido prestados todos os esclarecimentos necessários, o assunto foi colocado a votação, tendo sido aprovado por maioria, com a abstenção dos deputados municipais: Paulo José Estrela Vitoriano de Matos, Fábio Miguel Florindo Gomes e Isabel Maria Casa Branca Martins. -----

**PONTO SETE = benefícios do Cartão do Idoso; -----**

O senhor presidente da câmara deu conhecimento à assembleia municipal que, no período entre dezembro de 2020 e novembro de 2021, foram concedidos os seguintes descontos, aos beneficiários do Cartão do Idoso no consumo de água e tarifas indexadas (12.245,84€). -----

Informou que os descontos nos serviços de ambulância não foram incluídos na informação apresentada porque os bombeiros são voluntários. Os beneficiários continuam a ter desconto, mas esse é um benefício dado pela Associação de Bombeiros Voluntários de Gavião. -----

**PONTO OITO = apreciação e eventual aprovação do abate de televisores da Pousada do Alamal; -----**

Depois de apreciada a proposta e prestados todos os esclarecimentos solicitados, o assunto foi colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

O senhor deputado Fábio Gomes aproveitou a oportunidade para questionar qual o *feedback* que a câmara municipal estava a ter face à nova gerência do Alamal River Club. -----

O senhor presidente afirmou que, na sua opinião, tem corrido bem. Mas deu a palavra ao senhor vice-presidente que tinha informação mais fidedigna. -----

O senhor vice-presidente informou que a situação corria com normalidade. Eram realizadas reuniões de acompanhamento, com frequência, de forma a apoiar a gerência que não conhecia bem o concelho. Saliu que o sucesso daquela unidade seria benéfico para todos. Sublinhou que no início do ano estava agendada nova reunião, para que a gerência apresentasse o seu plano de atividades e para acordar algumas melhorias a realizar nas instalações. -----

**PONTO NOVE = apreciação e eventual aprovação dos contratos interadministrativos de delegação de competências nas juntas de freguesia; -----**

A Assembleia Municipal de Gavião deliberou, por unanimidade, aprovar os contratos interadministrativos de delegação de competências a celebrar com a Junta de Freguesia de Belver, Junta de Freguesia de Comenda, Junta de Freguesia de Margem e União das Freguesias de Gavião e Atalaia. -----

O senhor presidente da câmara esclareceu que os contratos interadministrativos são uma prática seguida pelo município há alguns anos. Ressalvou que as juntas de

freguesia tinham competências delegadas na cobrança das águas e essa prática será mantida até ao próximo mês de junho, mas depois essa deixa de ser uma competência do município, logo não poderá ser delegada nas juntas. -----

**PONTO DEZ = Designação dos representantes das freguesias na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 3 do art.º 29.º do Decreto-Lei n.º 82/2021; -----**

O senhor presidente da mesa da assembleia salientou que no início do mandato tinham sido designados representantes da assembleia municipal para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDFCI). Eram os quatro autarcas de freguesia mais um representante eleito em assembleia municipal. Entretanto, tinha ocorrido alteração legislativa e a CMDFCI deixou de existir. O novo órgão passa a ter apenas dois representantes da assembleia, autarcas de freguesia. Posteriormente, os restantes dois autarcas de freguesia poderão ser convidados a integrar o órgão. -----

De seguida, apresentou uma proposta, em representação do Partido Socialista, indicando o senhor presidente da União das Freguesias de Gavião e Atalaia, Germano Manuel Baptista Porfírio e o senhor presidente da Junta de Freguesia de Margem Jorge Manuel Rodrigues Peixeiro. A lista foi designada de A.-----

Não foi apresentada mais nenhuma lista. Colocada a votação, foi eleita a lista A, com 18 votos a favor. -----

**PONTO ONZE = apreciação e eventual aprovação da proposta de atualização das taxas, através do valor da inflação, nos termos do disposto no n.º 1 art.º 6.º do Regulamento e Tabela de Taxas Municipais do Município de Gavião; -----**

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento e Tabela de Taxas Municipais do Município de Gavião compete à assembleia municipal autorizar a câmara municipal a atualizar as taxas através do valor da inflação. Foi presente a proposta que, depois de lida e analisada, foi colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

**PONTO DOZE = relatórios mensais de acompanhamento e progressão das obras municipais; -----**

O senhor presidente da assembleia frisou que a documentação tinha sido enviada. Referiu que eram documentos complexos e extensos. Deu a palavra aos membros. ----

O senhor deputado Paulo Matos informou que tinha solicitado, tal como tinha feito em outras sessões, um quadro de medições. O documento tinha sido enviado e permitia esclarecer e evitar mais questões, como por exemplo datas previsionais para fim de obra, valor já gasto e valor do contrato. Salientou que gostaria de ter o valor inicial da obra e o das recalendarizações. -----

O senhor presidente esclareceu que o valor da empreitada não é alterado pelas recalendarizações. Salientou que a lei apenas prevê o pagamento de trabalhos a mais, mas só no fim da obra. Deu o exemplo da zona de lazer em Vale de Gaviões, em que teve uma revisão de preço de 4.820,37€, porque foram pedidas algumas coisas que não estavam inicialmente previstas. Mas no geral não há trabalhos a mais. Por exemplo na obra das 7 casa não houve trabalhos a mais. Deu a palavra ao senhor vice-presidente para prestar mais esclarecimentos. -----

O senhor vice-presidente começou por expressar o seu apreço aos serviços técnicos da DOSU, pela forma como conseguiram fornecer a informação solicitada, num curto espaço de tempo. Salientou que os quadros remetidos forneciam uma visão global e transparente da execução física e financeira das obras, para conhecimento dos membros da assembleia e do executivo municipal. Referiu que também continha o valor inicial de cada obra, o que já tinha sido pago, o que faltava pagar, etc. -----

O senhor presidente da assembleia agradeceu a remessa da documentação e as intervenções. -----

A assembleia municipal tomou conhecimento dos seguintes documentos: -----

- Relatório mensal de acompanhamento da obra de “Requalificação do Edifício sito no n.º 34 da Rua Dr. Dias Calazans, em Gavião”, relativo ao mês de outubro 2021; -----

- Relatório mensal de acompanhamento da obra de “Reordenamento de Trânsito na Rua 23 de Novembro e beco das Piscinas, para a Mobilidade Urbana Sustentável”, relativo ao mês de outubro 2021; -----

- Relatório mensal de progressão n.º 3 da empreitada de “Remoção e Substituição de Fibrocimento da Cobertura da Escola Básica de Gavião”. -----

**PONTO TREZE = diversos;** -----

O senhor **deputado António Estevinha** transmitiu os seus votos de Boas Festas. Afirmou que, a nível político, ficaria contente se o clima de “guerrilha política” iniciado no fim do ato eleitoral e que se prolongava, terminasse. Sublinhou que ninguém ganhava com esse “clima”, muito menos a população que nos elegeu! Não apontou culpados, nem partidos, mas pediu a todos uma atitude mais responsável. Pediu que se apresentassem propostas de melhoria ou se questionasse, mas que nos deixássemos de política rasteira, difamação ou ataques pessoais. Pediu que os pergaminhos da democracia e o foco na “nossa terra” prevalecessem. -----

O senhor **deputado Paulo Matos** deixou a sugestão de se realizar, de vez em vez, uma sessão extraordinária da assembleia para evitar um volume de trabalhos tão intenso. Em referência ao edital n.º 36/2021, que publicou a listagem dos prédios urbanos degradados, solicitou esclarecimentos sobre o fundamento para divulgação

dos dados pessoais. Questionou se foi feito tendo em conta a Lei de Proteção de Dados e, em caso afirmativo, com base em que artigo. Salientou que, em linha com o que tinha sido pedido pelo deputado António Estevinha, o PSD iria votar sempre a favor da majoração do IMI para prédios degradados, contudo sempre afirmaram que a câmara municipal deveria encontrar formas positivas de ajudar os cidadãos proprietários desses imóveis, a encontrar soluções para a sua recuperação. Evidenciou tratar-se de um privilégio ter o diretor do agrupamento de escolas como presidente da assembleia municipal e questionou se, há semelhança do ano anterior, estavam a ser fornecidas as refeições aos alunos necessitados, face ao constrangimento criado pelo governo de retardar o reinício das aulas, como chamado período de contenção. Por último, recordou uma intervenção sua, há cerca de 5/6 anos, numa reunião de câmara, colocando uma questão que tinha ressurgido numa notícia publicada num jornal relacionado com os municípios com o maior aumento de desemprego em 2021. Destacou os desempregados na faixa etária dos 50/60 anos que já são demasiado velhos para as tecnologias, mas novos para a reforma. Afirmou que o artigo referia que o concelho de Gavião, entre dezembro de 2020 e novembro de 2021, foi o concelho que registou maior variação absoluta, em percentagem no número de desempregados. Tendo-se registado um aumento do número de desempregados na ordem dos 38,5%. Reconheceu que não estaria ao alcance deste órgão resolver esse problema e pelo orçamento aprovado, se percebeu que poderia vir a resolver alguns problemas, nomeadamente com o ninho de empresas não tecnológicas. Mas em época de final de ano, achou que deveria trazer esta reflexão, sobre as famílias que iriam iniciar o novo ano sem emprego. -----

O senhor **deputado Fernando Faca**, começou por referir que no ponto 2 da ordem de trabalhos, no relatório lido pela senhora segunda secretária constava que os caminhos danificados pelo Raid da Ferraria e pela Baja de Portalegre, tinham sido todos intervencionados, depois das provas. Afirmou que essa informação não correspondia à realidade, porque o caminho que passa por trás do posto da GNR, que vem do Carvalhal encontrava-se intransitável, apenas viatura 4 x 4 ali conseguiam passar e o caminho da Casa Velha, tinha valas com cerca de 50 cm, porque não tinham sido reparados. Fez votos para que a nova Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais venha a fazer uma melhor gestão de recursos para limpeza de caminhos rurais, pois tem-se constatado que alguns caminhos são intervencionados todos os anos, verificando-se um mau aproveitamento da maquinaria para o efeito, havendo caminhos abertos pelo antigo comandante dos bombeiros, senhor Joaquim Esteves, que davam acesso a pontos de água e outros locais estratégicos para o

combate a incêndios florestais, que se encontram intransitáveis, com arbustos no meio. Gostava que esses caminhos fossem intervencionados. Por último questionou se o Conselho Cinegético já se encontrava em funções, pois foi ouvido pelo ICNF para a renovação da Reserva Municipal de Caça de Gavião e afirmou que gostaria de saber quem eram os membros do mesmo. -----

A senhora **segunda secretária, Mónica Marques** esclareceu que tinha lido que tinha sido iniciada a manutenção dos caminhos rurais, depreendendo-se que não está ainda terminada. -----

Em resposta à questão do senhor deputado Paulo Matos, o senhor **presidente da assembleia municipal** esclareceu que tinha sido iniciado, naquela data, o fornecimento de refeições aos alunos carenciados de escalão A e escalão B. Frisou que essa medida estava prevista a partir da segunda-feira seguinte, durante o período em que durava a interrupção letiva, no entanto o senhor primeiro ministro tinha antecipado com início ao dia anterior, tendo sido comunicado, por email, na quinta-feira anterior por email. Referiu que em agrupamentos como o nosso é possível, mas em mega agrupamentos é muito difícil. Informou que no dia anterior tinham sido contactadas as famílias para perceber se tinham interesse em receber a refeição. Naquela data tinham sido fornecidas 51 refeições, 40 da escola de Gavião e 11 da escola de Comenda. Informou ainda que na lista de escolas de acolhimento apenas constava a Escola Básica e Secundária de Gavião, mas houve necessidade de abrir a Escola Básica de Comenda, exclusivamente para os filhos das funcionárias do lar. Essa necessidade tinha sido reportada pela diretora da Santa Casa da Misericórdia, alertando para constrangimentos graves no funcionamento da instituição, caso as mães tivessem que ficar em casa com os filhos. Salientou que essa resposta só foi possível em articulação com a Associação de Pais e o Município de Gavião. Expressou total disponibilidade de o Agrupamento de Escolas de Gavião receber alunos, filhos de qualquer profissional, considerado imprescindível na sua atividade profissional, nos termos da lei. Informou que na semana seguinte também seriam dadas respostas nas terapias aos alunos com necessidades educativas especiais. ---  
Passou a palavra ao senhor presidente da câmara para responder às questões colocadas pelos deputados municipais. -----

O senhor **presidente da câmara** começou por frisar que, mais uma vez seria o município a assumir os custos com a distribuição das refeições aos alunos carenciados. Evidenciou que o presidente da câmara e o presidente da assembleia estariam sempre disponíveis para realizar sessões extraordinárias, deste órgão, sempre que for considerado necessário. Informou que a divulgação do edital relativo à





majoração do IMI nos prédios degradados foi devidamente visada pela jurista. Assegurou que no dia seguinte iria questionar se a legislação tinha sido cumprida ou se os nomes deveriam ter sido ocultados. Referiu que o senhor deputado Paulo Matos tinha referido um constrangimento causado pelo governo, e ele discordou porque este constrangimento foi causado pela pandemia. Quanto à notícia que tinha sido referida, desafiou o senhor deputado Paulo Matos a ir ao Centro de Emprego, ver quantas pessoas ali estavam inscritas, para perceber que o cenário descrito não corresponde à realidade. Saliou que em algumas áreas específicas, como a construção civil ou hotelaria não havia trabalhadores para a oferta existente. Em linha com as intervenções dos deputados António Estevinha e Paulo Matos, afirmou não gostar de estar constantemente a reagir à maledicência patente nas redes sociais. Afirmou que por norma, não reage nas redes sociais, preferindo responder diretamente a quem faz essas publicações. Considerou ser uma pessoa de consensos, que tenta o melhor para o seu concelho e para os seus munícipes. Disse esperar que o Incubadora de Empresas venha a ser a mola de desenvolvimento para proporcionar o regresso dos jovens ao concelho. Em resposta à primeira questão colocada pelo senhor deputado Fernando Faca, foram iniciados os trabalhos de reparação dos caminhos, mas ainda não estão concluídos. Frisou que o relatório é meramente informativo e não requer qualquer aprovação. Mas sobre os danos causados nos caminhos, talvez devesse haver uma reflexão sobre os custos/benefícios decorrentes da passagem destas provas pelo concelho. Sobre as outras duas questões colocadas pelo deputado, passou a palavra ao senhor vice-presidente. -----

O senhor **vice-presidente** reconheceu que os caminhos identificados pelo senhor deputado Fernando Faca estavam muito danificados. Referiu que os caminhos que tinham sido intervencionados entre abril e junho ficaram novamente danificados com a passagem das provas de todo-o-terreno. As intervenções tinham sofrido uma paragem, devido à chuva e ao período de festividades, mas tão breve quanto possível seriam retomadas. Assegurou ter conhecimento dos caminhos que referiu para acesso a pontos de água e combate a incêndios. Afirmou estar atento a essa situação. Em relação à Comissão Cinegética, a sua composição decorre da respetiva legislação. A comissão tinha emitido um parecer, mas brevemente iria reunir para ouvir as associações de caçadores. -----

Em nome de todo o executivo municipal o senhor presidente expressou votos de Boas Festas, Próspero Ano Novo para todos, sobretudo com muita saúde. -----


O senhor presidente da assembleia agradeceu os contributos de todos os deputados. Desejou um Ano Novo muito feliz e com saúde, para todos os participantes e declarou

encerrada a sessão, eram dezanove horas e cinquenta e cinco minutos, pelo que, de tudo para constar, se lavrou a presente ata, cuja minuta foi aprovada por unanimidade no final da sessão e que vai ser assinada pelo presidente e por mim Isabel Maria Dias Martins, primeira secretária, que a redigi e também subscrevo. -----

O presidente da assembleia municipal

  
\_\_\_\_\_  
(Prof. Paulo Manuel Alfaiate Pires)

A primeira-secretária

  
\_\_\_\_\_  
(Isabel Maria Dias Martins)